

A nossa modernidade, criada pelas independências africanas, obrigou o país a cortar uma parte substancial dos seus laços com o Atlântico, que foi sempre o oceano das nossas grandes incursões, mesmo se o Índico não pode ser afastado desta reflexão. A verdade, contudo, é que a partir dos anos 60, devido por um lado à guerra colonial, pelo outro à emigração, o país rompeu os laços que o tinham mantido unido ao Atlântico, e mais particularmente ao Atlântico sul. A guerra colonial há-de ser vista no futuro como a grande tragédia nacional, que o regime ditatorial soube criar com o seu nacionalismo racista, naturalmente arcaico.

A invenção da lusofonia procura com algum desespero devolver-nos uma parte desse espaço. Decidi analisá-la com a cruza – que não é crueldade – necessária, alguns mecanismos internos dessas operações. A maior parte dos missionários da lusofonia agem como se não tivéssemos atrás de nós uma longa história de relações polémicas com aqueles que escolheram falar português. Ora convém medir com o rigor indispensável, utilizando os instrumentos mais sofisticados, a soma de fobias provocadas por uma história que não pode evitar as marcas da violência exercida sobre os Outros.

Não faltará certamente quem me acuse de falta de “patriotismo”. Algumas dessas acusações confundem patriotismo e patrioteirismo, embora não seja esse o aspecto mais preocupante da questão. Basta considerar com atenção o percurso dos acordos ortográficos, para encontrar a mesma inquietação, a republicana de ontem ou até de anteontem, a fascista e agora democrática: assegurar o controle da língua, obrigar os demais locutores a aceitar as regras portuguesas. A língua nasceu em Portugal e per-

6

infligidas. Aprendemos, graças ao síndrome de ESTOCUMU, que os antigos torturados conservam durante toda a vida estigmas das violências, físicas ou psíquicas, que lhes foram infligidas. Assim acontece também com os povos, que não podem deixar de se dar conta das marcas das agressões. Há séculos que os portugueses se sentem agredidos pela “ocupação” dos Filipines. Mas queremos, em contra-partida, que os Outros se esqueçam da nossa “ocupação”, tal como pretendemos limpar o passado, eliminando agressões e violências! Santa ingenuidade a nossa, que ao acreditarmos na história, recusamos a memória dos “vencidos”.

Não há, no texto que não passa neste momento de um embrião de reflexão mais ampla, o menor traço de amargura. Não posso contudo ignorar que este inventário das torpezas nacionais me preocupa há já vários anos, e mais particularmente a partir do momento em que, nas antigas colónias, pude ver em acção a nossa especial maneira de “civilizar”. Já em outros momentos e em outros lugares fui contando alguns aspectos dessa dura experiência, tal como pude contabilizar as violências que me foram infligidas pelas falsas vestais do templo colonial. Embrionário embora, o texto não procura seguir a via de Boxer ou de Bender, de Buarque de Holanda ou de Mário de Andrade. Basta-lhe ser uma reflexão inquieta, indispensável neste período em que não poucos antigos carrascos se apresentam como defensores da democracia e da liberdade!

O nosso século XIX foi obrigado a proceder a um inventário difícil, no que se refere a algumas colónias africanas. Não faltaram aqueles que se propunham vender algumas operações que não chocavam ninguém: Napoleão vendera a Luisiana aos americanos, e depois os russos venderam o

tence aos portugueses. Não se consegue aceitar o princípio simples de que a língua pertence aqueles que a falam!

Ouve-se actualmente um lamento, que denuncia a expansão da língua portuguesa do Brasil, que cada vez mais locutores designam como sendo a língua brasileira. Esta operação desespera os linguistas portugueses, mas pode prever-se que um dia próximo seremos ultrapassados pelo brasileiro, entre o mais por uma razão fonética: o brasileiro com as suas vogais abertas, a sua lentidão, a sua capacidade erótica, atrai mais auditores do que o português, cada vez mais “cerrado e ligeiro”. Quer dizer, cheio de consoantes e sempre falado com uma rapidez que repugna aos brasileiros e a não poucos africanos.

Sejamos por isso o mais realista possível, rejeitando a auto-complacência, ou os paternalismos, que não são mais que formas de colonialismo atrasado. Aceitemos a leitura crítica do passado, o que será sempre ocasião para impedir que alguns dos nossos melhores vícios se transformem em virtudes. O exemplo mais característico reside no delírio das “descobertas”, como se os Outros só tivessem existido por obra e graça da nossa intervenção marítima ou terrestre. É tarde para recomendar uma língua mais consentânea com a verdade científica e humana, mas devíamos pôr termo a tais operações, tanto mais que nenhuma autoridade portuguesa pediu perdão aos africanos pela nossa participação no tráfico negro. Tal como nenhuma autoridade pediu perdão aos Índios americanos pela destruição dos homens e das suas estruturas sociais no que é hoje o Brasil.

Eis a razão desta escrita: procurar proceder ao inventário das feridas e das cicatrizes, tanto mais que os corpos mantêm, como é sabido, memória das violências que lhes foram

7

Alaska aos mesmos americanos, tendo os espanhóis vendido as Filipinas. Não havia por isso razão para escândalos: não foi de resto Oliveira Martins que provou o carácter pouco humano das populações africanas, a quem não valia a pena ensinar fosse o que fosse?

Um dos amigos e companheiros de Oliveira Martins, o romancista Eça de Queiroz, também participou nessa polémica. Replicando a uma crítica de Pinheiro Chagas, o famoso “Brigadeiro Chagas” – que não se limitou a esta agressão- Eça de Queiroz evocou com fórmulas abruptas mas irrecusáveis, o mito da dominação portuguesa sobre as antigas colónias: “Mas agora vejo com evidência que Portugal não necessita uma forte cultura intelectual, nem educação científica, nem elevação de gosto; não precisa ter escolas, nem mesmo saber ler: esses esforços são para a França, a Inglaterra, a Alemanha, países não privilegiados; Portugal, esse, tem tudo garantido, a sua grandeza, a sua prosperidade, a sua independência, a sua riqueza, a sua força – desde que, como você, afirme com a autoridade do seu saber, há nos mares do oriente uma ilha onde, debaixo de um coqueiro, à beira de um arroio, estão quatro índigenas, de carapinha branca e tanga suja, ocupados de cócoras a respeitar Portugal”¹.

O texto de Eça de Queiroz foi redigido em Bristol, há pouco mais de um século (a 14 de Dezembro de 1880), mas devia continuar a funcionar, quer dizer não só a ser lido, mas sobretudo a fornecer ou a impor uma base reflexiva: o manifesto delírio dos historiadores da expansão portuguesa que continua a afirmar que a dominação

¹ Eça de Queiroz, *Notas contemporâneas*, in *Obras completas de ...*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1981, vol. XV.

portuguesa dura há cinco séculos, devia ser corrigido com algumas referências a este texto, que continua a dizer verdade terríveis, embora comecemos enfim, sob a pressão da Europa e da modernidade, a reduzir o número dos nossos analfabetos, depois de termos passado alguns séculos a impedir a alfabetização de continentes inteiros.

O que não podemos é esquecer que este conceito entra em choque com o conceito mítico anterior, o da "portugalidade", que nos mantivera unidos aos espanhóis durante quase oito séculos. Apoiando-se também em Oliveira Martins, António José Saraiva sublinhava ainda há pouco que a portugalidade se opõe à hispanidade, embora este conceito incluía marginalmente uma oposição à Europa. Para António José Saraiva, nesse aspecto fiel discípulo de Oliveira Martins, "Portugal etimologicamente é relativo à Espanha; como a parte é relativa ao todo", embora não se possa deduzir uma forma de dominação, mas sim de complementaridade, porque "sem Portugal não há Espanha". Estas observações teóricas complementam-se no plano linguístico, dado que o português e o castelhano "nasceram como dois dialectos da mesma língua"².

² António José Saraiva, "Portugalidade", Via Latina, órgão da Associação Académica de Coimbra, s. d. A relação com a Espanha foi sempre, no discurso de Saraiva, uma das chaves míticas, quando não místicas, da própria nacionalidade portuguesa, não se esquecendo de pôr em evidência a violência irremediável do contraste: "há no génio português o quer que é de vago e fugitivo, que contrasta com a terminante afirmativa do castelhano". Mas grato essa situação, salienta ainda Saraiva que, saídos da inamável relação contra o mundo, "continuarão (Portugal e Espanha), essa fraternidade na expansão ultramarina quer na América quer na Ásia". Esta visão da geografia histórica portuguesa tornou-se muito corrente entre os oficiais superiores das Forças Armadas que foram auditores do Prof. Jorge Borges de Macedo, que tanto sublinhou o facto de Portugal estar submetido a um "terco estratégico" organizado pelos dirigentes políticos espanhóis, associados aos militares, com o apoio da NATO e dos Estados Unidos. Podem encontrar-se os suportes principais desta ameaça nas obras nas quais o capítulo de mar-e-guerra Virgílio de Carvalho banaliza as ideias centrais

operação teria espalhado generosamente pelo mundo fora. Ou seja, seria menos o resultado de um projecto, do que a consequência inesperada de uma maneira particular de circular pelo mundo. Nesse aspecto, a portugalidade opõe-se certamente à lusofonia: a primeira é o resultado de uma oposição constante aos espanhóis – entendendo-se por esta expressão todas as nacionalidades colocadas sob a dependência do governo central dominado pelos castelhanos – ao passo que a lusofonia seria a consequência quase passiva da expansão e da banalização da língua.

A criação da lusofonia, quer se trate da língua, quer do espaço, não pode separar-se de uma certa carga messiânica, que procura assegurar ao portugueses inquietos um futuro senão promissor, em todo o caso razões e desrazões para defender a lusofonia.

A independência das nações africanas, obrigou os teóricos da colonização portuguesa a modificar de maneira substancial o seu vocabulário. Tal se verificara já no caso francês, que já nos anos 1962 começou a banalizar a noção de "francofonia"⁴. Respeitando um velho movimento de submissão cultural, não puderam os portugueses furtar-se ao modelo tradicional, tendo criado, após 1974, a lusofonia.

Uma parte deste esforço teórico baseia-se na língua: a utilização do português seria a prova da existência de uma "comunidade lusófona". Outros, mais argutos, sublinham a

⁴ A francofonia apareceu pela primeira vez em francês, em 1887, na escrita teórica do geógrafo Onésime Reclus, mas não no sentido que lhe é hoje dado. Reclus propunha uma classificação dos grupos humanos com base nas línguas faladas. Tratava-se, neste caso, de uma operação destinada a classificar as raças humanas. Não é este o sentido actual, que visa manter o espírito colonial, salientando a importância do cimento linguístico. V. Xavier Deniau, *La Francophonie*, Paris, PUF, 1983, assim como Jean-Pierre Féroncelet – Hugoz, "Les Vingt cinq ans de francophonie", *Le Monde*, 16 de Março de 1995.

Creio que Saraiva era demasiado optimista, ou que não conhecia muito bem a literatura espanhola. A leitura de um romance de Pio Baroja, o basco que acabou por se submeter à hegemonia do castelhano, havia talvez de o alertar: Baroja considera que o fado é elegíaco, expressão de um povo que só pode comparar-se com "el pueblo judío". E conclui, é certo que pela voz de uma personagem, técnica que fornece a heteronomia dos romancistas: "La otra noche, paseando por la plaza, me decía con cierta pena: "En Portugal não habrá nunca anarquistas. Este es un pueblo blando e indolente. En España hay más viveza, más fibra" añadia él. Y es verdad. Son tipos lánguidos que parecen criollos, sin la exasperación de los americanos. Es una gente de sangre gorda, que no tiene nada dentro"³.

A criação da lusofonia parece destinada a interromper o diálogo polémico com os espanhóis, mesmo se esta invenção procura evitar os choques: a lusofonia é apenas o resultado da expansão portuguesa e da língua que esta

da (pré)-visão de Jorge Borges de Macedo. Mas sobretudo, importa salientar que o projecto português não está em condições de se furtar ao peso castelhano, que teria sido a única força verdadeiramente decisiva nas nossas relações com o mundo. É evidente que, se aceitarmos esta visão que nos faz depender de Espanha, não poderemos organizar nenhuma lusofonia e ainda menos um espaço lusófono, fatalmente condenado a castelhanizar-se.

Por outro lado, os brasileiros consideram que a colonização portuguesa se revelou sempre inferior a outras colonizações europeias, sobretudo a espanhola e a holandesa. Sérgio Buarque de Holanda, nas suas *Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1936, põe em evidência o que deveria ser considerado a superioridade generosa da colonização espanhola. De resto, são legião os brasileiros que, sobretudo no nordeste, lamentam não ter sido colonizados pelos holandeses, o que fez do conde Maurício de Nassau uma das figuras míticas desse Nordeste centrado em torno de Pernambuco.

³ Pio Baroja, *La Dama Errante*, Paris, Nelson Editores, 1952, pp. 275-276. A primeira edição data de 1908. Permitta-se-me que acrescente o desejo de que alguém – um candidato a doutoramento em estudos ibéricos – proceda a um inventário sistemático, ou quase, das referências a Portugal na literatura espanhola, mesmo se esta nos considera pouco. Quando os portugueses não são invisíveis ou transparentes, como o famoso licenciado de Cervantes, como são eles descritos, julgados, analisados, maltratados?

importância do "espaço lusófono". Dependendo embora da língua, seria também, quando não sobretudo, a consequência de uma "história comum", mesmo se esta foi frequentemente maculada pela violência do "facto colonial".

Não foi necessário criar entre nós, como fazem os teóricos europeus, na maior parte maus conhecedores das teses do conde de Gobineau, a necessidade de mestiçagem: essa fora introduzida na vida cultural e política portuguesa pelas teses luso-tropicalistas de Gilberto Freyre. Deve contudo registar-se a banalização de fórmulas "revolucionárias", como aquela que, num grande jornal diário, anunciava sermos "todos mulatos"⁵.

Ora o modelo social e económico dos dias de hoje depende da própria evolução de economia-mundo, tal como Emmanuel Wallerstein, na esteira de Karl Marx e de André Gunder Frank, com uma pitada de Fernand Braudel, a definiu.

A primeira grande potência que conseguiu alcançar alguns dos objectivos do capitalismo, foram os Estados Unidos, que a partir já de 1815, impõem algumas regras ao mundo capitalista que se formara sobretudo a partir da expansão começada no século XIV.

Esse modelo assenta na existência de grandes espaços económicos, onde a produção e a circulação das mercadorias não é controlada por uma miríade de autoridades estatais. A livre circulação das mercadorias constitui um elemento fundamental na organização deste sistema, que pouco a pouco pretende transformar o mundo num falso "império".

⁵ Título publicado pelo *Público* (suplemento "pop Rock", 14 de Junho de 1995, p.4). Trata-se de uma integração na moda da mestiçagem, mas o autor, Luis Maio, descoñhece a carga pejorativa que sempre esteve associada aos mulatos e ao multatimismo.

O choque actual regista-se entre os defensores de um projecto de carácter amplo, embora regional, e aqueles que defendem as qualidades das pequenas nações, que já eram caras a Aristóteles e a Montesquieu. E que também não foram rejeitadas pelos socialistas utópicos, como Charles Fourier, nem pelos combatentes da Comuna de Paris, ou das diferentes comunas francesas desses anos 1871.

O internacionalismo tem sido confundido com o cosmopolitismo, sendo o primeiro a consequência da união necessária dos trabalhadores, como a encararam já os revolucionários franceses em 1791, ao passo que a segunda depende da vagabundagem artístico-literária da burguesia enriquecida. O internacionalismo assenta no reconhecimento do trabalho, como se pretende entre Saint-Simon e Karl Marx, ao passo que o cosmopolitismo depende das rendas que a burguesia pode conseguir graças aos capitais acumulados.

Nos dias de hoje multiplicam-se as zonas de livre circulação dos homens e das mercadorias, quer seja na Europa, quer seja nas Américas do Norte e do Sul. O objectivo é sempre o mesmo: procurar organizar as condições que permitam que estas unidades possam enfrentar ou imitar os Estados Unidos. Tal fora já o sonho de José Estaline quando organizou o primeiro plano quinquenal. A hegemonia do capitalismo americano impõe as suas regras, e a Europa dos dias de hoje, cada vez mais dirigida pela burocracia de Bruxelas, procura dar ao capitalismo europeu (mas haverá realmente capitalismo europeu?), a força capaz de lhe assegurar alguma autonomia.

Nessas condições verifica-se que o protecționismo continua a ser uma arma decisiva, mesmo se ela deixou de

pertencer aos governos nacionais, para se transformar em arma da burocracia bruxelense. O resultado não podia deixar de ser o que é: os particularismos nacionais são denunciados, considerados como uma agressão ao espírito "europeu", que todavia ninguém - fora do simples plano da economia - está em condições de definir.

Pode, dados estes preliminares, encarar-se a possibilidade de organizar outros espaços, como a francofonia, a lusofonia e a hispanofonia, cujas características não podem deixar de contrariar a "preferência europeia"? É evidente que não: as condições em que se constrói a Europa impedem a afirmação dos particularismos nacionais ou culturais. De resto, os tratados que, sob pressão da Europa do norte, condicionam a circulação das pessoas e dos bens, são organizados como máquinas destinadas a impedir o acesso dos Outros à Europa.

Não basta ser "lusófono", nem "francófono", nem "hispanófono" para ter o direito de aceder à Europa do capitalismo burocratizado. Só uma leitura mítica pode ainda pretender construir um "espaço lusófono" quando as regras europeias não prevêm que baste falar português para se poder circular livremente. O mesmo de resto se verifica no que se refere ao francês e ao espanhol. Parece-me por isso conveniente, quando não indispensável, proceder à revisão de alguns conceitos e de alguns acontecimentos históricos, para recusar tanto o mito como a mística da lusofonia.

A LONGA DURAÇÃO DO ESPÍRITO COLONIAL

O discurso colonial português foi estruturado no século XIX, dada a necessidade de replicar às pretensões das demais potências europeias que pretendiam organizar "impérios" coloniais, única maneira de completar o seu percurso histórico. Perante esta situação, os portugueses, profundamente traumatizados pela independência do Brasil, em 1822, procuraram afirmar com paixão os seus direitos singulares aos territórios e às populações.

Esta tarefa revela-se indispensável, pois que o Brasil fizera aparecer uma orientação inédita na vida política colonial portuguesa, graças à criação do "nativismo", discurso mítico-nacionalista, com o qual os brasileiros procuraram reforçar os seus direitos ao território e à sua própria independência. Muitos incidentes entre brasileiros e portugueses foram provocados pela generalização das ideias "nativistas", às quais se opunham os colonos portugueses, que como já tinham feito face à Inconfidência de 1789, recusavam todo e qualquer direito à independência aos brasileiros.

A história portuguesa cobriu com um véu hiper-púdico a inevitabilidade da independência, considerando que ela

não fora uma decisão autenticamente brasileira, mas sim o resultado de uma operação astuciosa do príncipe herdeiro português que se antecipara à burguesia nativista brasileira, para recuperar o Brasil para a Casa de Bragança.

Esta tentativa de escamotear a independência brasileira constitui certamente uma das operações políticas mais singulares do século XIX, que de resto modificou substancialmente a política portuguesa, levando os diferentes ministérios a recusar reconhecer a independência do Brasil. Eça de Queiroz denunciou de resto com muita veemência o surto teórico do nativismo brasileiro, considerado como uma agressão arcaica¹.

Na verdade os brasileiros –Freud ainda não tinha aparecido – sabiam que para alcançar a independência

¹ Eça de Queiroz, "A propósito da doutrina de Monroe, e o Nativismo", *Cartas familiares de Paris*, 30 de Março – 5 de Abril de 1896. É mais do que evidente que Eça de Queiroz estava perfeitamente informado destas duas questões por intermédio de Eduardo Prado, que de resto foi obrigado a refugiar-se no sertão da Bahia, quando procurado pela justiça brasileira para responder pelo seu ataque frontal à doutrina de Monroe, que só podia dar vantagens aos americanos do norte, em detrimento de todos os mais. Registe-se a capacidade de previsão política de Eduardo Prado, acompanhado neste aspecto por Eça de Queiroz. Não esqueçamos contudo que Eça já registara na sua vida de escritor alguns incidentes com os seus leitores brasileiros, ao narrar de maneira burlesca a visita do Imperador Pedro II a Portugal. As suas crónicas, na série d'As Farpas, provocaram incidentes anti-portugueses, tanto em Pernambuco como na Goiânia. V. a este respeito Ernesto Guerra da Cal, *Lengua y estilo de Eça de Queiroz*, apêndice consagrado à bibliografia, Coimbra, por ordem da Universidade, 1975, que sugere que a transformação do conteúdo de alguns artigos anti-brasileiros se deve a uma simples estratégia do autor, que queria continuar a gozar da preferência e da admiração brasileiras. Guerra da Cal esquece simplesmente que as relações de amizade, estabelecidas em Paris, entre Eça e alguns intelectuais brasileiros, entre os quais Domício da Gama e Eduardo Prado, tinham levado o cônsul português a modificar de maneira substancial os seus juízos abruptos sobre os brasileiros. Foi em parte por essa razão que Eça deu outro conteúdo ao "brasileiro" que, na sua escrita, como na maior parte dos autores portugueses, passa a ser o torna-viagem. Contudo, esta correcção não eliminou a importância dos conflitos, mesmo se estes passaram a exprimir-se por via de "histórias" de portugueses e de "anedotas" de brasileiros. Freud explicou, alguns anos depois, qual a carga patológica destas formas falsamente jocosas.

deviam matar o pai, como já anteriormente o tinham feito os norte-americanos e os haitianos. A maneira como os portugueses tem considerado o Brasil, como estado-filho ou como estado-irmão mais novo ou caçula, implica a existência de um parentesco que deve manter unidos os dois países, mesmo se o percurso brasileiro, cada vez mais americano, tem pouco a ver com as opções portuguesas.

Outros mitos vieram durante este último século acrescentar-se aos anteriores, entre os quais avultava o da filiação, que procurava impor ao Brasil uma menoridade quase eterna, que a independência se encarregara de quebrar. Os brasileiros elevaram contra os portugueses algumas acusações fundamentais, atribuindo-lhes a responsabilidade da fraqueza do tecido urbano no século XIX, acusando-os de não terem criado as Universidades indispensáveis à formação das elites e dos quadros brasileiros e **last but not least**, de serem os responsáveis pela criação dos mulatos, que tanto incomodaram os brasileiros no século XIX e depois, até hoje.

Os teóricos do nacionalismo brasileiro, grandes consumidores das teses antropológicas francesas, alemãs e norte-americanas, multiplicaram as demonstrações da inferioridade dos mulatos. A escola da Bahia, que reuniu alguns dos maiores conhecedores da antropologia física brasileira, multiplicou as intervenções e Nina Rodrigues – que muitos consideram ser o Broca brasileiro – procurou provar de maneira definitiva a inferioridade psíquica dos mulatos, e mais latamente das populações de cor².

² Nina Rodrigues, *Os Africanos no Brasil*, S. Paulo, Companhia Editora Nacional, 1932.

O Brasil viveu sempre profundamente incomodado por esta situação, dado que, e ao contrário do que acontecia nos Estados Unidos, as populações de cor eram demograficamente dominantes. No famoso estudo consagrado a **Os sertões**, Euclides da Cunha multiplica as análises do carácter neurológico dos mestiços, concluindo pela sua parca utilidade social, dada a instabilidade nervosa que os caracteriza³. Mais grave ainda: os mestiços não pertenciam à invenção brasileira, sendo antes uma pura criação lusitana.

Esquece-se, nos dias de hoje, e ainda bem para as relações entre os dois países, a veemência do discurso anti-português que caracterizou o ano de 1922. A história cultural reteve apenas a importância da semana de arte moderna, assim como o discurso antropofágico que lhe está directamente associado. Valia a pena mergulhar nas publicações que então denunciaram a violência colonial portuguesa, e mais particularmente no Estado de Minas Gerais. De resto, esta violência anti-portuguesa encontra a sua plena afirmação no manifesto antropofágico de Oswaldo de Andrade.

Com efeito, a vítima simbólica, que serve para por em movimento a antropofagia é o bispo Sardinha, e podemos perfeitamente compreender que o nome do bispo desempenha nesta operação um papel fundamental. Pois não são – ou não eram – os portugueses grandes comedores de sardinhas, a ponto de uma metáfora comparar a mulher desejável à sardinha: a mulher e a sardinha querem-se

³ Euclides da Cunha, *Os Sertões*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1902. A verdade é que os intelectuais brasileiros participam todos nesta maneira de julgar os mulatos, e estas teses, que se inspiram tanto em Gobineau como em Vacher de Lapouge, são reforçadas pelo eugenismo deste último.

pequeninas? Os antropofágicos, que são sobretudo os intelectuais urbanos de S. Paulo, apoderam-se do bispo e da antropofagia para os transformarem em momento singular de ruptura, que seria o do autêntico nascimento do Brasil.

Compreende-se facilmente que assim tenha de ser: os portugueses eram a potência colonial que, de resto e obstinadamente, procurara assegurar a dominação do Brasil e dos brasileiros. Parece hoje tão absurdo como ontem que a historiografia portuguesa pretenda adulterar as situações. Elas traduzem a violência que há-de sempre caracterizar – antes e depois de Hegel – as relações entre o senhor e o escravo.

Ou seja também, em termos de história cultural: não há nenhum vestígio de valorização dos portugueses ou dos africanos, ou sequer dos índios, mau grado o romantismo e José de Alencar, nesta primeira fase do nacionalismo brasileiro. O lusotropicalismo só começou a aparecer nos anos 20, após a primeira guerra mundial e sobretudo após a primeira grande tentativa revolucionária de Luis Carlos Prestes.

Com efeito, se este processo "revolucionário" permitia a afirmação dos "tenentes", autorizava também a maioridade do "povo", entendido como categoria colectiva indispensável à formação da consciência nacional brasileira. Creio que a melhor afirmação dessa pulsão interna, reside não nas afirmações dos teóricos, mas sim no poema no qual Manuel Bandeira evocava o Recife, sublinhando a importância da "língua errada do povo".

Esta formidável recuperação do "povo", sejam quais forem as incertezas que rodeiam o recurso a este substantivo colectivo, constitui um passo mais importante do que o antropofagismo, sobretudo se entendermos que se prevê uma mobilização geral das forças nacionais. Embora, con-

vém também não perder de vista esse elemento, essa recuperação e essa exaltação tenham servido de alimento ao populismo varguista.

Só nesta conjuntura se pode verificar o aparecimento de uma série de trabalhos consagrados à sociologia histórica brasileira, que faziam depender o Brasil não dos europeus, ou das elites brancas importadas, mas de uma caldeamento que proviria do formidável apetite sexual dos colonos portugueses, que não repeliam nenhuma espécie de relação com os povos "inferiores". O luso-tropicalismo é a consequência da superioridade genésica dos brancos, criadores sobretudo de mulatas, como salienta entre outros Raul Bopp⁴.

⁴ Convém lembrar que a tese do comportamento excepcional dos brancos nas relações com os grupos dominados, foi também enunciada pelo conde de Gobineau, que continua a ser o grande teórico da mestiçagem francesa: (o negro) "para valorizar as suas faculdades deve aliar-se a uma raça diferentemente dotada. Neste hímen, a raça melaniânica aparece como personalidade feminina, e se bem que os seus diferentes ramos apresentem, neste particular, do para mais ou do para menos, sempre, nesta aliação com o elemento branco, o princípio macho é representado por este último. O produto que daí resulta não reúne as qualidades totais das duas raças. Há a mais esta própria dualidade que explica a fecundação ulterior. Menos vemente na sensualidade do que as individualidades absolutas do princípio feminino, menos completo na sua força intelectual do que as do princípio macho, goza de uma combinação das duas forças que lhe permite a criação artística, proibida a uma e a outra das razões associadas". Gobineau, *Essai sur l'inégalité des races humaines*, Paris, Didot & C. e, 1853-1855. Cito a 4ª edição, vol. I, p. 362-363.

Esta interpretação das relações humanas, que faz dos brancos o princípio masculino das sociedades, é reforçada pela exaltação da beleza dos produtos mestiços: "deve observar-se que as misturas mais felizes, do ponto de vista da beleza, são formadas pelo hímen dos brancos e dos negros". Ob. Cit., vol. I, p. 155. V; também referências no Vol. II, cap. 7.

Não cabe no quadro desta nota, mas vale a pena certamente comparar as teses de Gobineau com as de Gilberto Freyre, tanto mais que o teórico francês salienta o facto de não haver, no Canadá, família francesa que não tenha algum parentesco mesmo se ténue, com a "raça índia", embora, mais a sul, os mesmíssimos franceses considerem os mulatos como autênticos "abortos rejeitados".

Se não se pretende fazer depender Freyre de Gobineau, embora a tentação seja grande, não podemos deixar de pôr em evidência o evidente parentesco existente entre os dois teóricos, lembrando também o carácter pioneiro das análises e das propostas de Gobineau.

como os Outros, antigos dominados, rejeitam a violência da dominação. Não é difícil dar-nos conta da existência de muito sofrimento enquistado, que continua a fazer mal, e trava o passo do país para a modernização. Ao travar o movimento para a modernização, impede-se do mesmo passo a modernidade, seja ela cultural, seja ela política.

Há lugares de sofrimento nacional, que se podem identificar através das práticas linguísticas correntes. Uma delas reside certamente nas relações com as comunidades judias: até hoje a língua portuguesa continua inçada de expressões cuja função consiste em denegrir os judeus, que são não apenas sub-homens, mas sobretudo formas diabólicas, capazes de perverter a norma social e religiosa.

O mesmo se verifica no caso de árabes, mouros e africanos, embora no que se refere aos primeiros se registre a permanência mágica das mouras encantadas, sempre associadas, na nossa mitificação popular, à existência de tesouros enterrados ou emparedados, à disposição dos sonhadores, no sentido próprio da expressão. Uns e outros são animais de trabalho, o que já não acontece com os judeus.

No plano mais recente, a nação portuguesa reagiu maciçamente contra as duas operações que puseram em causa a sua integridade territorial: a independência do Brasil e o Ultimatum inglês de 11 de Janeiro de 1890. O "brasileiro" foi durante muito tempo, entre nós, o emigrante enriquecido que, regressado ao país, não hesitava em manifestar a sua independência económica de maneira considerada grosseira e agressiva.

Este "brasileiro" impediu que o autêntico brasileiro pudesse emergir, modificando de maneira substancial as relações entre os dois países. Não admira por isso que os

Roger Bastide, que Florestan Fernandes acusa de ter atenuado os resultados dos inquéritos realizados em S. Paulo para permitir a análise das relações entre brancos e negros⁵, encontrou a melhor maneira de definir estas operações: os portugueses teriam renunciado à cruz e ao gládio, confiando ao sexo as tarefas da colonização⁶. É nesta conjuntura que os universitários – Freyre formado no pragmatismo antropológico dos Estados Unidos, o protestante Roger Bastide provindo da boa lição durkheimiana – criam o luso-tropicalismo.

⁵ Foi já mais tarde que, comentando a obra de Roger Bastide, Florestan Fernandes evocou a maneira de trabalhar do sociólogo francês, censurando-lhe o pendor para os "melios tons" e para aquilo a que se poderia chamar a "verdade redentora", que exige por parte do negro o "perdão mútuo", (...) o esquecimento, a superação pelo negro das "injustiças". Esta maneira de falsificar os dados obtidos no terreno sempre desagradou a Florestan Fernandes, que se confessava "criança de origem lumpem", que vivera em porões e cortiços, situação que o obrigava a começar a trabalhar com pouco mais de seis anos. O texto, datado de 1979, foi incluído no pequeno volume, *Significado do protesto negro*, S. Paulo, Cortez editora/ Autores Associados, 1989, p. 103. Saltando por cima da sua condição de analista e de teórico, Florestan Fernandes, vítima do "racismo social", denuncia a falsa purificação teórica do protestante branco e francês.

A esta reflexão, acrescenta Florestan Fernandes uma severa condenação das teses de Gilberto Freyre, o que deve ser também contabilizado no débito teórico de Bastide, que sempre foi um defensor apaixonado do antropólogo de Apuípecos. Para Florestan Fernandes, Gilberto Freyre seria o responsável por traduzir "o problema da sociedade brasileira como uma equação linear, pela qual a solução dos problemas raciais brasileiros procederia da mestiçagem. Falando chulhanente, passado e presente fluíram em uma síntese: a solução viria da "pica", com fusão de portugueses e africanos – o mestiçamento desenvolveria a igualdade racial". Ora, salienta o Prof. Florestan Fernandes, a demonstração de António Cândido arruina este belo monumento socio-antropológico, pois a "miscigenação se processava na periferia da família patriarcal, não em seu núcleo". O.c., p. 89-90.

Acrescente-se que o último grande ensaio pretensamente científico consagrado ao luso-tropicalismo, é de autoria do Prof. Jorge Borges de Macedo, "O luso-tropicalismo de Gilberto Freyre. Metodologia, prática e resultados", *Revista do ICAIP*, nº25, Março de 1989, pp. 131-156. Não possuindo a menor competência socio-antropológica, o Prof. Borges de Macedo decidiu ignorar as reservas críticas feitas a esta proposta teórica de Gilberto Freyre, pelo que se trata de um artigo simplesmente encomiástico, que nunca consegue dissimular a sua sub-jaência racista.

⁶ Roger Bastide, *Anthropologie appliquée*, Paris, Payot, 1971.

brasileiros tenham criado, mantido e divulgado as famosas histórias de portugueses, destinadas a achincalhar o antigo colonizador. Não esqueçamos que tais histórias continuam a ser contadas, embora se possa verificar uma redução significativa, que parece indicar uma normalização das relações entre portugueses e brasileiros.

Levando em conta esta situação, que fazem parte da prática quotidiana, pensei que o melhor seria considerar três aspectos das relações entre os portugueses e os Outros, antigos colonizados, que me parecem reveladores das dificuldades encontradas na organização das relações. Os três capítulos escolhidos não são de mesma qualidade, sendo todavia igualmente reveladores das tensões existentes entre os utilizadores da língua portuguesa.

Decidi começar pelo aparentemente mais banal, e certamente o mais discreto: quero referir-me às questões da culinária e da cozinha. Só recentemente a banalização das problemáticas ligadas às maneiras da "corte", graças sobretudo a Norbert Elias, forçou a história e a sociologia europeias a preocupar-se intensamente com o quotidiano. O homem não vive apenas em consequência do discurso abstracto, vive de coisas tão simples como a alimentação, cujos rituais de consumo forma amplamente definidos por Erasmo na sua *Educação Pueril*⁷.

Seguem-se dois outros capítulos: o primeiro consagrado à dificuldade em aceitar a existência de um discurso autónomo por parte dos colonizados, embora as razões que

⁷ O texto de Erasmo, *Civilitas Iorum pueriliu*, 1530, foi traduzido em francês, *La civilité puerile*, Paris, Isidore Liseux, 1877. As regras de estar à mesa transformam-se não só num ritual, mas num código, que separa os urbanos dos rústicos. Este texto continua a ser o modelo das regras que presidem ao bom comportamento urbano à mesa, e até fora dela.

justificam esta negação da história não sejam homogéneas. No caso brasileiro os portugueses não conseguem descortinar acções ou escolhas ou projectos que não sejam portugueses, ao passo que no caso africano estamos perante um discurso que recusa a capacidade dos africanos para dispor de uma história capaz de superar a simples descrição dos acidentes quotidianos.

O terceiro capítulo é completamente reservado ao problema da língua que se exacerbou quando desapareceu a possibilidade de assegurar o controle directo das populações. Durante o salazarismo foram elaborados mapas da Europa e da Ásia, sobre os quais se projectavam as colónias portuguesas, para concluir que "Portugal não é um país pequeno". O sonho salazarista, que se confundiu com o delírio nacionalista, quis que fôssemos uma grande unidade territorial. A ideia do "Império" insistiu sempre em recusar a nossa pequenez geográfica.

Verifica-se, após 1974-1975, uma modificação subtil mas constante, cabendo agora à língua portuguesa – que se confunde com uma falsa língua lusa – a tarefa que foi durante muitos anos a dos territórios. Portugal passou a ser um país pequeno, mas dispondo de um agente específico, a língua portuguesa, que lhe permite recuperar a sua "grandeza". Trata-se de uma prótese singular, mas que começa a revelar-se eficaz, permitindo recuperar – de maneira quase glotofágica – as culturas dos Outros¹⁰.

¹⁰ Foi o malogrado Carmo Vaz que criou a sigla PALOP'S, para designar os países africanos de língua oficial portuguesa. É a língua portuguesa, e não a lusofonia que designa o cimento que, mesmo frágil, permite manter a união destes países. O equívoco associado à língua oficial permitiu a criação das literaturas africanas de "expressão" portuguesa. Ambas as maneiras de designar estas situações culturais manifestam a vontade portuguesa de assegurar o controle das línguas, das criações literárias e dos países em causa.

Os portugueses foram colocados perante uma terrível opção: aderir à Europa ou ficar excluídos desta operação que pretende criar um imenso mercado onde capitais e mercadorias terão dispensado fronteiras e controles. Semelhante perspectiva permite realizar alguns velhos sonhos que já tinham começado a organizar-se pelo menos em 1789 e nos anos subsequentes, quando a Revolução parecia capaz de ser amplamente cosmopolita. Bem sabemos a que ponto o seu nacionalismo permitiu reforçar e limitar o próprio discurso republicano. Com efeito, o nacionalismo serviu para liquidar o poder do monarca, quando não da própria monarquia, em proveito das forças produtivas, como já tinha esperado o dr. Quesnay.

O Manifesto Comunista de 1848, assinado por Karl Marx e por Frederick Engels continua a ser um documento fundamental ao fazer do trabalho o critério de identificação dos homens, impondo-lhes o único caminho que lhes parecia necessário e desejável: a união. Esta visão messiânica não podia deixar de suscitar a contradição provinda dos pensadores da direita que se tornaram nacionalistas, e tão nacionalistas que desacreditaram o nacionalismo da esquerda. O choque está por conseguinte definido desde pelo menos estes primeiros anos do século XIX: ou trabalhadores iguais, independentemente da origem, ou nacionais, que encontram no Estado alguma protecção contra as formas concorrenciais. As migrações e as emigrações eram já então um dos elementos capazes de corromper o equilíbrio dos grupos humanos.

A epopeia colonial, sobretudo após a primeira guerra mundial, deixou a Europa perante vários resíduos humanos entre os quais os que provinham dos "impérios" coloniais.

Face a esta situação anómala, multiplicaram-se as medidas administrativas, destinadas a impedir a proliferação a norte da gente do "sul". Estas operações, cujo conteúdo racista é evidente, multiplicam-se com a unificação da Europa. A burocracia europeia domina as escolhas das populações. Não fora contudo Tocqueville que pusera em evidência o facto de as "revoluções" poderem dar origem à violência burocrática? Eis pois que os homens dependem cada vez mais da burocracia hiper-centralizadora de Bruxelas, e que esta burocracia é claramente marcada pela violência das suas pulsões contra os Outros em geral, contra os Outros do hemisfério sul em particular.

Tendo enfim compreendido que sem adesão à Europa Portugal não seria mais do que um obscuro grupo agarrado ao seu passado histórico, os governos fizeram o necessário para nos transformar em puros europeus. Todavia não se tomou a mínima precaução para salvaguardar os laços privilegiados que devíamos manter com os antigos colonizados, que tanto podem ser "filhos" como "irmãos". Na verdade a adesão ao tratado de Schengen transformou-os em puros "enteados". Sempre que as diversas instâncias burocráticas propõem mais uma medida destinada a assegurar a exclusão dos Outros, Portugal assina. O que não impede a burocracia política portuguesa de afirmar a necessidade de criar um grande espaço político, capaz de unir os interesses e os projectos dos "lusófonos"!

Seria simplesmente cómico, se não fosse desesperante. Graças a estas operações, estamos em via de impedir que os locutores de português possam chegar à Europa. O inverso há-de naturalmente ser também verdadeiro: dentro de pouco tempo as medidas de retaliação trabalharão no

sentido de criar separações estanques, dado que o racismo europeu se torna cada vez mais virulento. O problema é hoje muito simples: não teria havido a possibilidade de negociar a adesão portuguesa ao tratado de Schengen, permitindo um tratamento menos brutal aos Outros, africanos, americanos e asiáticos? Deixou de haver paradoxo nestes comportamentos, que são apenas vulgarmente cínicos. Sempre que o lucro, produto da economia-mundo, se torna o único resultado a alcançar, é evidente que o homem, com os seus problemas, as suas inquietações, deve ser aliado. A dureza dos comportamentos europeus, que parecem contrariar a lição humanista pós-revolução francesa, não se pode explicar senão pela via do lucro, sendo o capital cada vez mais internacional, como sempre anunciara o velho – e o jovem – Karl Marx.

Os dirigentes europeus aceitaram um objectivo preciso, que nenhum governo, nenhum dirigente, designa de maneira ostensiva: eliminar o Outro, turco ou africano, magrebino ou asiático, procurando reconstruir um tecido implicitamente eugenista. Eugénismo político, em primeiro lugar, reforçado quase no mesmo movimento, pelo eugenismo biológico. Poderia esperar-se que os países mais implicados nas relações com os Outros, por exemplo os portugueses, os franceses e os ingleses, tivessem procurado atenuar a violência das regras bruxelenses. Tal não aconteceu e verifica-se até que a França, empurrada pelo ideário do **Front national**, dirigido pelo antigo oficial pára-queda Jean-Marie Le Pen – que participou na tortura de militantes e de simples cidadãos argelinos, fez da "preferência nacional" um valor absoluto, que não parece compatível com os princípios da livre circulação dos tra-

balhadores. A verdade porém é que a Europa bruxelense revela um vigoroso espírito burocrático – que actualiza as ideias de Tocqueville e de Weber-, e contraria toda e qualquer herança dos humanismos que provocaram tanta revolução e tanta reforma.

A legislação europeia não pode deixar de exacerbar as situações conflituais, pondo constantemente em causa a estabilidade, a paz social e psíquica dos Outros, venham eles de onde vierem. Embora cada país da Comunidade Europeia possua os seus “adversários” principais. Se os alemães pretendem expulsar os turcos, os franceses tem como inimigo principal os magrebinos, e entre estes os argelinos, ao passo que os espanhóis se concentram contra os “moriscos”. Também não escapamos a essa vaga racista, sendo os cabo-verdianos o grupo mais atingido pela violência racista portuguesa. Ou seja, a Europa burocrática, que inventou o Tratado de Schengen não tem feito mais do que oficializar e racionalizar – quer dizer burocratizar – os sentimentos de exclusão. O Outro é diferente, e esta diferença serve hoje de argumento negativo, que só pode justificar e exigir a expulsão. Não vem longe o tempo em que os governos serão obrigados a criar transportes unicamente consagrados às viagens destinadas a devolver os emigrantes aos seus países de origem¹¹.

Neste caso, como é que se podem criar as falsas comunidades da língua, quando as regras políticas hostilizam

¹¹ Esta situação já deu lugar aos famosos “charters”, franceses ou belgas, que devolviam aos seus países de origem os trabalhadores clandestinos que procuravam compensar na Europa urbana a miséria criada pelo colonialismo. Os partidos europeus da extrema-direita continuam a denunciar a emigração e a exacerbar a “preferência nacional”, que devolverá aos “indígenas europeus” o paraíso que os emigrantes lhes tinham negado!

toda e qualquer operação de integração? Tal é o grave problema a que devem responder os países que continuam a apoiar os movimentos francófonos, lusófonos, hispanófonos, ou anglófonos, mesmo se os ingleses se mostram mais discretos do que os portugueses e os franceses. Mas Salmon Rushdie é um escritor “anglófono” e até “inglês”, sendo contudo um originário do Commonwealth. Deve todavia denunciar-se a língua hipócrita dos diplomatas e dos agentes do Estado, quando defendem a criação de “comunidades”, que não podem funcionar dados os compromissos políticos já assinados. Não se trata da simples “língua de pau” específica da diplomacia, que procura falar sem dizer nada, mas de algo ainda mais grave: estamos perante operações de negação do Outro, que ousam, com o cinismo a que já se fez referência, avançar propostas que não poderão ser levadas a cabo.

A LUSOFONIA E OS LUSÓFONOS: NOVOS MITOS PORTUGUESES

Subtil mas constantemente, sente-se perpassar na atmosfera política nacional um sopro gélido, muito necrofilico, que à força de exaltar o passado, compromete o presente, e mais ainda o futuro. A criação e sobretudo a perenidade da Comissão encarregada de comemorar os descobrimentos, constitui certamente um desses sintomas. O país foi remetido para o século XV-XVI, e só aí encontraria razões para existir. Os séculos subsequentes, e mais particularmente o nosso, não fariam mais do que confirmar a “decadência”, que o século XIX instalou com toda a pompa no panteão nacional.

É com um cuidado de cirurgiões que os ideólogos desta gesta evitam fazer as perguntas indispensáveis e que foram enunciadas nos anos 30 por Sant’Ana Dionísio: quais as razões que impediram os peninsulares de participar no esforço científico que criou a modernidade em que estamos inseridos? Seja qual for o campo epistemológico, o de Popper ou o de Khun, a verdade é termos falhado as diferentes “revoluções” científicas. É certo que chegaram até nós, mas de rastos e constantemente deformadas pelas intervenções brutais do poder: o político e o religioso.